

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

Caio Henrique Souza Dias
Carolina Rocha Batista

Resenha do Artigo:
A Agricultura Paulista em 1905

Belo Horizonte
2016

Caio Henrique Souza Dias
Carolina Rocha Batista

Resenha do Artigo:
A Agricultura Paulista em 1905

Trabalho apresentado à disciplina Formação Econômica do Brasil do Instituto de Ciências Econômicas e Gerências da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Prof.^a Tânia Maria Ferreira de Souza

Belo Horizonte

2016

1 INTRODUÇÃO

O artigo “A Agricultura Paulista em 1905” publicado no ano de 2014 pela Revista de Estudos Econômicos de São Paulo, realizado pelos autores Francisco Vidal Luna, Herbert S. Klein e William R. Summerhill explora o estudo da produção cafeeira nas grandes áreas produtoras existentes no estado de São Paulo no século XX. O estudo feito a partir da produção de café com pequenos e médios produtores, além de revelar a importância da cafeicultura nas regiões, contempla também a questão da importância das ferrovias para a expansão do comércio interno.

Em um primeiro momento, os autores realizaram um estudo por localidade e pela classificação regional composta por dez zonas, definidas pelos mesmos com base em simplificação para melhor aproveitamento do estudo, localizadas em São Paulo: Capital, Vale do Paraíba, Central, Mogiana, Baixa Paulista, Araraquarense, Noroeste, Alta Sorocabana, Baixa Sorocabana e Litoral Sul.

Embora o café fosse um produto de extrema importância, Luna, Klein e Summerhill mostraram também os números relativos à existência da produção de outros produtos no início do século XX, voltada ao mercado interno, que eram produzidos em unidades produtoras de café, sendo esses produtos: o milho, o feijão e o arroz, denominados como os mais importantes, e outros produtos como açúcar, algodão, aguardente, fumo e vinho.

Ainda nas palavras de Luna, Klein e Summerhill foi demonstrado a importância da ampla rede ferroviária que surgiu no Brasil como resultado da expansão da indústria cafeeira. As ferrovias permitiam a expansão da agricultura possibilitando a manutenção e a ampliação da produtividade na agricultura.

A construção do artigo de Luna, Klein e Summerhill utilizou dados do primeiro censo geral da agricultura paulista feita pelo governo do estado. Através de dados obtidos pelo censo, foi possível a comparação e análise da produção de café e outros produtos no estado de São Paulo, do número de propriedades, área e quantidades produzidas. Esta análise dos dados pode confirmar os resultados esperados da importância do café na economia brasileira e da grande concentração das propriedades agrícolas.

Por fim, o artigo aprofundou o estudo de cada uma das dez zonas de produção, constituídas de grandes e médios produtores no estado de São Paulo, evidenciando a importância da cafeicultura no Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO

O estudo do café remete ao entendimento da sua importância para o desenvolvimento da atividade econômica no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX. Este produto representou, durante muitos anos, mais da metade das exportações brasileiras e foi considerado como centro motor do desenvolvimento do capitalismo. Isso comprova que o estudo da cafeicultura é relevante para a compreensão do surgimento e desenvolvimento das relações capitalistas e da expansão do comércio interno no Brasil (SILVA, 1976).

A exportação era considerada durante a Primeira República como a principal atividade econômica no Brasil e o surgimento da produção agrícola dentro do mercado interno indicou uma mudança importante, pois essa mudança está ligada segundo Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997, p. 39) “a desdobramentos da expansão cafeeira: a urbanização relativamente rápida em algumas áreas do país e o nascimento de uma indústria interna”. Esta característica da expansão cafeeira é confirmada por Luna, Klein e Summerhill (2014), que consideraram o café como um produto essencial para o Estado de São Paulo, no qual gerava emprego, renda, financiamentos, investimentos, demanda interna, isto é, constituía a base econômica do Estado.

Embora já existisse ocupações em São Paulo desde o início da colonização, a expansão da cafeicultura e exploração do território paulista foi beneficiada pela implantação das grandes ferrovias. Devido ao alto custo de transporte e as dificuldades de transporte que eram feitas por tropas de mulas, a diversificação da economia só foi possível através da construção das estradas de ferro. As principais ferrovias implantadas em São Paulo foram: São Paulo Railway, implantada em 1867, Sorocabana e Central do Brasil. Estas ferrovias propiciaram grande avanço na produção cafeeira permitindo a expansão da indústria graças ao rápido e eficiente acesso resultante do sistema ferroviário (GREMAUD, SAES E TONETO JÚNIOR, 1997).

Foi a partir desse sistema ferroviário que surgiram as primeiras empresas nacionais em São Paulo, sendo as principais: a Mogiana, a Sorocabana, a Bragantina, a Rio Claro, a Araraquarense, a Companhia Paulista, a Itauna, a Noroeste, entre outras do início do século XX. Nas palavras de Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997, p. 53),

“A maior parte dessas empresas formou-se com capitais nacionais e estrangeiros que passaram a manter na cidade de São Paulo suas matrizes ou agências mais importantes; instalaram-se empresas de serviços urbanos (iluminação a gás, transporte por bondes de tração animal, água e esgoto e, na última década do século XIX, as primeiras experiências com telefonia e energia elétrica).”

Para Luna, Klein e Summerhill (2014), devido ao acesso rápido e eficiente as ferrovias possibilitavam dois grandes benefícios: os produtores de café podiam residir na cidade de São Paulo e os imigrantes que chegavam nesta cidade eram enviados para as fazendas produtoras que estavam localizadas no interior do estado.

A economia cafeeira, em âmbito nacional, não se restringiu apenas ao comércio de café e à atividade rural, outras atividades primárias tiveram grande importância dentro do mercado interno e sustentavam as economias regionais. Essas atividades ainda que sustentassem o mercado interno entre 1889 e 1929, tinham como objetivo primordial a exportação. Os principais produtos eram além do café, o açúcar, cacau, mate, fumo, algodão, borracha, couro e peles, entre outros (GREMAUD, SAES E TONETO JÚNIOR, 1997).

Entretanto, no caso de São Paulo, Luna, Klein e Summerhill (2014) explicitam os dados que indicam o predomínio das seguintes culturas: café, milho, arroz e feijão. Pode-se notar, também, a presença de outros bens na economia paulista, como o açúcar e a aguardente, o algodão, o fumo em cordas e em folhas, a uva e o vinho, porém essas culturas não possuíam valor tão expressivo em termos de estado quando comparados às quatro culturas predominantes. Neste caso, Gremaud, Saes e Toneto Júnior e Luna, Klein e Summerhill, se diferenciam apenas na ênfase dadas aos produtos, pois os primeiros enfatizam os produtos de uma maneira geral no Brasil, já os segundos enfatizam apenas os produtos específicos produzidos na região de São Paulo.

Segundo Furtado (2005), essas culturas predominantes podem ser explicadas pela solução adotada no Brasil para se resolver o problema de escassez de mão-de-obra nas usinas de café causado pela detenção do tráfico de escravos com vistas à implementação de vontades inglesas relativas à expansão do sistema capitalista do financiamento da imigração de europeus para trabalhar nas grandes lavouras

cafeeiras. O café foi a cultura considerada o motor do desenvolvimento do capitalismo brasileiro no final do século XIX e início do século XX. Outros produtos como o milho, o arroz e o café eram cultivados pelos colonos como cultura de subsistência.

De acordo com a análise do censo apresentado por Luna, Klein e Summerhill (2014), a maior posição relativa ao número de estrangeiros no estado de São Paulo era ocupado por italianos. Na mesma época, de acordo com Furtado (2005), ocorria o processo de unificação da Itália que, devido às consequências econômicas geradas entre o norte desenvolvido e o sul de baixa produtividade e desenvolvimento, causaram uma situação de desordem social, que tornavam a residência no Brasil uma alternativa viável para fugir de conflitos internos na Itália.

Após os italianos, segundo Luna, Klein e Summerhill (2014), vinham os portugueses. Ambas as nacionalidades formavam a predominância de estrangeiros no estado paulista. Em seguida, os alemães e espanhóis também se beneficiaram do novo regime de trabalho assalariado implantado no Brasil.

De acordo com o estudo realizado por Luna, Klein e Summerhill (2014), os maiores proprietários de terra não eram economicamente produtivos. Apenas quando esse número é expandido para os nove mil maiores proprietários, foi possível ver uma maior concentração da produção de café e de milho, do controle da extensão de terra e da área cultivada. Pode-se concluir que a maior parte da produção de café estava concentrada nas áreas de pequena e média propriedade. Seguindo a linha de raciocínio dos mesmos autores, os homens brasileiros eram os maiores proprietários de terras do estado. Estes superavam as mulheres e estrangeiros em tamanhos de propriedade e unidade agrícola. A maioria das terras, que supõem-se ter sido adquiridas através de posse ou tomada agressiva de grilagem, estavam em posse de pessoas físicas.

A partir da análise realizada por Luna, Klein e Summerhill (2014), observa-se que há um grande nível de desigualdade no que trata da distribuição de propriedades agrícolas: onde havia diversos casos de um único proprietário com mais de uma propriedade rural (1.607 proprietários possuindo 3.695 áreas de produção agrícola). A distribuição da produção de café também possuía um alto nível de disparidade, em que unidades agrícolas de café de até cem alqueires correspondiam a quatro quintos da produção, enquanto aquelas com mais de quinhentos alqueires apenas significavam um quarto do total de café produzido e a

produção deste equivalia a três quartos do valor produzido pelas fazendas difusoras dessa cultura.

Os dados apresentados no censo citado por Luna, Klein e Summerhill (2014) configuram um ponto do período da crise de superprodução do café que foi gerada, segundo Furtado (2005), por reinvestimentos constantes da burguesia cafeeira na produção da cultura que a caracterizava. E também, de acordo com Silva (1986), com a queda pela demanda de café do maior consumidor deste produto brasileiro no mundo: os Estados Unidos, que passavam por uma crise no final do século XIX.

3 CONCLUSÃO

A resenha crítica exposta acima objetivou a análise do artigo: “A Agricultura Paulista em 1905”. Os autores do artigo Luna, Klein e Summerhill convergiram em sua maior parte do texto com os principais autores citados na resenha, como Furtado e Gremaud, Saes e Toneto Júnior.

A exposição literária escrita pelos autores acima ressaltou de forma clara a importância da cafeicultura para o desenvolvimento capitalista no Brasil. A partir de análises sobre a forma de produção e localização das lavouras cafeeiras, expansão da mão de obra diversificada e existência da rede ferroviária, Luna, Klein e Summerhill, Furtado e Gremaud, Saes e Toneto Júnior chegaram a conclusões convergentes sobre a relevância da produção cafeeira no século XX.

O artigo foi organizado e estruturado em sua maior parte para mostrar numericamente o valor da produção de café de cada uma das regiões de São Paulo, sendo estas regiões: Mogiana, Baixada Paulista, Região Central, Araraquarense, Alta Sorocabana e Vale do Paraíba. Em cada uma dessas regiões, Luna, Klein e Summerhill, explicitaram em números a produção de café, milho, arroz, feijão entre outros, a importância econômica e distribuição de trabalhadores imigrantes e nacionais.

Portanto este artigo serviu de base para o nosso esclarecimento quanto à distribuição da produção cafeeira no ano de 1905 na região de São Paulo. Conforme dito anteriormente, o artigo foi convergente com os outros autores citados como Furtado, Gremaud, Saes e Toneto Júnior e Silva. Além disso, o artigo serve de leitura complementar para estes autores, que em suas obras deixam claro a produção total do Brasil, mas não abriram os dados para as regiões de São Paulo como o fizeram Luna, Klein e Summerhill.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flavio A. M. de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997 247p.

LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert S., SUMMERHILL, William R. A Agricultura Paulista em 1905. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol.44, n.1, p.153- 184, jan.-mar. 2014.

MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Marcio. **Economia Brasileira**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. 114p.